



Porte de arma para agentes de trânsito é aprovado pelo Senado

Projeto autoriza uso de armas de fogo em serviço após treinamento policial e avaliação psicológica. Texto depende agora da sanção de Temer

O Plenário aprovou ontem projeto que dá aos agentes de trânsito da União, dos estados e dos municípios o direito a portar arma de fogo em serviço. O texto segue agora para a sanção do presidente da República. Será obrigatório comprovar condições técnicas e psicológicas para obter o porte da arma, que terá pequeno calibre. O relator do projeto, José Medeiros, explica que os agentes de trânsito também passarão por treinamento policial. Os senadores contrários ao projeto avaliam que a arma não aumenta a segurança da categoria, que pode ficar mais visada. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Da galeria do Plenário, agentes de trânsito acompanham a votação do projeto que altera o Estatuto do Desarmamento para conceder porte de arma à categoria



Anastasia e Ferrazo na votação da proposta que muda a Lei de Execução Penal

Segue para o Plenário texto que reforma Lei de Execução Penal

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem o projeto de reforma da Lei de Execução Penal, em vigor desde 1984. Fruto do trabalho de uma comissão especial de

juristas, a proposta é centrada em problemas do sistema carcerário, como a superlotação dos presídios e o excesso de presos provisórios. O projeto segue para o Plenário. **8**

Para senadores, decisão sobre Aécio fere a Constituição

Senadores defenderam ontem no Plenário que o Senado discuta a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal de afastar Aécio Neves do mandato parlamentar e manter o senador em recolhimento domiciliar noturno. **2**

Três MPs passam pelo Plenário e vão a sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem a medida provisória que agiliza transferências de recursos do Fundo Penitenciário Nacional, a que renegocia dívidas com autarquias e fundações e a que flexibiliza pagamento de outorgas de aeroportos. **3**

Cobrança por bagagem em voos gera divergência **4**

Aprovada urgência para projeto sobre cadastro positivo **5**

Avançam propostas sobre assédio sexual em ônibus **8**

Governadores reclamam de prejuízos com a Lei Kandir

Governadores que participaram de audiência pública sobre a Lei Kandir reclamaram da perda de recursos ocasionada pela legislação aos estados. Eles também afirmaram que a compensação recebida pela perda do

ICMS é insuficiente.

O debate foi promovido pela comissão mista especial que vai elaborar propostas para regulamentar a lei. O Congresso tem prazo até 30 de novembro para aprovar a regulamentação. **5**



Sartori (2º à dir.), do RS, com Wellington, Muniz, Ana Amélia e Lasier

Debate: reduzir burocracia é desafio do custo Brasil **6**

Equipamento de segurança em moto pode ter isenção **4**

Senadoras relatam violência contra população de rua **7**



Osmar Terra falou à CPI sobre danos causados por maus-tratos

Maus-tratos causam dano permanente, diz ministro

Em audiência na CPI dos Maus-Tratos, o ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, que é médico, afirmou que crianças vítimas de violência, abuso ou até negligência podem sofrer danos cerebrais irreparáveis. Uma das consequências é a dificuldade de dar e receber afeto. **7**

Senadores: decisão sobre Aécio fere a Constituição

Parlamentares questionaram o recolhimento domiciliar noturno e o afastamento do senador do exercício do mandato decididos na terça-feira pelo STF. Eles pedem que o Senado se posicione sobre a questão

SENADORES PROPUSERAM QUE o Plenário discuta a decisão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, tomada na terça-feira, de afastar o senador Aécio Neves (PSDB-MG) do mandato parlamentar. Com o argumento de que é preciso manter a independência entre os três Poderes, eles pedem que o Senado se manifeste sobre a decisão.

Decisão

Aécio Neves foi afastado do mandato em razão de denúncia por corrupção passiva e obstrução de Justiça feita pela Procuradoria-Geral da República, com base nas delações premiadas do grupo J&F.

O senador também foi proibido de sair de casa à noite e



Jane de Aquino/Agência Senado

Eunício aguarda notificação do STF sobre a decisão de afastar Aécio

de se comunicar com outros investigados no mesmo caso e teve seu passaporte confiscado.

José Medeiros (Pode-MT) reforçou a importância da independência e harmonia entre os Poderes.

— O Senado precisa se comportar como o poder que é, tem que se posicionar.

Sem flagrante

Magno Malta (PR-ES) também afirmou que não houve flagrante continuado ou outro motivo para que a Justiça determinasse a prisão de um senador.

— Criou-se outra figura, ou seja, criou-se a figura do recolhimento noturno domiciliar. Quer dizer, não é prisão. É meio emprego, mas você não tem salário. De onde se tirou isso? Fazem isso e continuam fazendo porque ninguém se levanta

Conselho de Ética

Para Cristovam Buarque (PPS-DF), o Senado não pode fechar os olhos ao que considerou uma “cassação branca”. O senador ponderou, no entanto, que também não é possível ignorar o fato de que Aécio foi gravado pedindo R\$ 2 milhões a um dos donos da JBS. De acordo com Cristovam, o Conselho de Ética deveria ter aberto um processo.

— Mas nós nos alienamos, fechamos os olhos, e o resultado é este: o Supremo tomou uma posição que achamos que não é justa.

Erro do STF

Roberto Requião (PMDB-PR) concordou que não é o caso de defender Aécio, sobre quem recaem acusações “pesadíssimas”, mas de alertar sobre um erro do STF.

Renan Calheiros (PMDB-AL) também criticou a decisão do STF e disse que não há previsão constitucional que a fundamente, defendendo que o Senado não pode se calar

diante desse fato.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) afirmou que não se pode tirar um senador do seu assento sem antes tê-lo julgado.

— Nós não estamos trabalhando no Direito Penal. Nós ainda estamos no Direito Constitucional. Nós temos que fazer a Constituição valer.

Notificação

Já o presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou que aguardaria notificação do STF sobre a decisão de afastar Aécio Neves para saber de que forma a Casa vai agir.

— Enquanto eu não receber a notificação do Supremo, não tenho como me manifestar sobre algo que apenas a imprensa cobriu. Sou presidente do Congresso e tenho que me manifestar sobre dados concretos.

Eunício disse ainda que a Constituição é bastante clara sobre os mandatos de deputados e senadores.

— Se a Constituição foi ferida por uma decisão, e cabe ao Senado tomar a decisão baseado na Constituição, obviamente que o Senado tomará as providências — afirmou o senador.

Posição da CCJ

Jorge Viana cobrou também um posicionamento da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre a questão. Durante a reunião de ontem do colegiado, ele disse que a CCJ não pode se calar sobre esse fato.

— A CCJ não pode se calar sobre isso. Não estou aqui fazendo juízo de valor, mas no meio dessa quase anarquia institucional foi feita uma deliberação que resultou num afastamento, com base numa figura jurídica que ninguém conhece.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), informou que Eunício deseja, sim, ouvir a comissão antes que o assunto seja debatido na Mesa e no Plenário do Senado.

Conselho de Ética adia decisão em denúncia contra Lindbergh

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, João Alberto Souza (PMDB-MA), adiou para terça-feira a votação do relatório sobre a denúncia contra Lindbergh Farias (PT-RJ) por quebra de decoro parlamentar. Ontem o relator, Airtton Sandoval (PMDB-SP), leu seu parecer, que recomenda abertura de processo disciplinar contra Lindbergh por perturbação da ordem durante reunião do colegiado.

Senadores contrários à abertura do processo pediram o arquivamento da denúncia. Eles tentaram votar e rejeitar o relatório ontem, mas João Alberto encerrou a reunião com o argumento de que não havia quórum para deliberação.

O relator acolheu parcialmente a denúncia apresentada por José Medeiros (PSD-MT), que também acusava Lindbergh por abuso de prerrogativas parlamentares e imputação de ofensas. Mas o relator rejeitou as duas acusações.

“Não se trata aqui de hipótese de conduta incurso na penalidade de perda de mandato, ainda que temporária. A despeito de afirmar que o denunciado teria praticado conduta típica de desacato, o denunciante deixou de especificar quais agressões teriam sido proferidas e contra quem”, argumenta o relator.

Em 8 de agosto, o conselho analisava representação contra seis senadoras que ocuparam a mesa do Senado durante a votação da reforma trabalhista. De acordo com o relator, Lindbergh teria perturbado a ordem dos trabalhos ao gritar frases como: “Esta reunião é ridícula” e “Esta comissão está desmoralizada”.

As parlamentares que ocuparam a mesa do Senado compareceram à reunião do conselho ontem. Para Lídice da Mata (PSB-BA), Lindbergh

não cometeu quebra de decoro parlamentar; teria apenas obstruído a reunião:

— Claro que nesse processo de resistência e obstrução se cometem excessos, mas isso faz parte da luta parlamentar entre maiorias e minorias. Ninguém acha que isso é bom, mas não podemos transformar o Conselho de Ética num tribunal contra a minoria.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse que o país atravessa uma grave crise política e institucional. Ela citou a decisão do STF que determinou o afastamento de Aécio e lembrou que, em junho, João Alberto arquivou representação contra o senador mineiro.

— Vamos ter que discutir no Plenário o afastamento de um senador [Aécio Neves], contra quem essa Comissão de Ética optou por arquivar processo com acusações graves. E como vamos dar um “passa-moleque” no senador [Lindbergh]? Como justificar isso para a população? — indagou.

Vanessa: colegiado usa “dois pesos e duas medidas”

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou o Conselho de Ética por ter

aceitado denúncia contra Lindbergh Farias. Ela argumentou que Lindbergh se limitou a defender as senadoras que protestaram na votação da reforma trabalhista e lembrou que o conselho arquivou denúncia contra Aécio Neves. Para a senadora, o colegiado usa dois pesos e duas medidas, “dependendo de quem seja, a que partido pertença e que posição política tenha”.

Jorge Viana cobra cumprimento da Constituição

Em discurso na tribuna, Jorge Viana (PT-AC) criticou ontem a decisão sobre Aécio Neves. Ele afirmou não defender Aécio, mas a Constituição federal e o Estado democrático de direito.

Viana disse ainda que respeita os membros do Supremo, do Judiciário e do Ministério Público, mas observou que eles também erram por serem humanos.

— E volto a repetir: eu não estou aqui para fazer a defesa ou salvar o senador Aécio Neves.

Paulo Bauer afirma que senador vai provar inocência

Os parlamentares devem ser solidários com os seus pares, especialmente, com os companheiros de partido. Foi o que discursou Paulo Bauer (PSDB-SC) ao falar na tribuna sobre a decisão do STF. Ele disse que Aécio provará inocência e que, embora a Justiça tenha tido motivos, os Poderes são independentes e não podem invadir competências.

— No Brasil, todo brasileiro tem o direito à defesa quando acusado de algum ilícito.



Gerardo Magela/Agência Senado



Minério Mitriz/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CCT Banda larga**
9h Audiência interativa para avaliar a Política Nacional de Banda Larga.
- CRE Porte de arma de fogo**
9h Entre 6 itens, o PLC 30/2007, sobre o direito de agente público portar arma de fogo.
- CMO Relatório do governo**
10h Audiência para apresentação do Relatório de Políticas e Programas de Governo.
- CPI DOS MAUS-TRATOS Queermuseu**
10h Audiência interativa sobre a exposição Queermuseu.

- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
11h A PEC que cria polícias penitenciárias, pode passar por sessão de discussão.
- CDH Células-tronco**
11h Audiência sobre células-tronco.
- CDR Fundeb**
14h Em Salvador, debate sobre a importância do Fundeb para o desenvolvimento regional.
- CSF Rádios comunitárias**
18h Audiência para discutir cobrança de direitos autorais das rádios comunitárias.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Agentes de trânsito terão direito a trabalhar armados, decide Senado

Projeto autoriza o porte de armas de pequeno calibre, que poderão ser usadas apenas em serviço. Texto agora segue a sanção

O PLENÁRIO APROVOU ontem projeto que permite o porte de arma de fogo em serviço por agentes de trânsito da União, dos estados e dos municípios que não sejam policiais. Guardas municipais nessa função também terão o direito. O texto segue para sanção presidencial.

O PLC 152/2015 altera o Estatuto do Desarmamento e fixa exigências para a concessão de porte de arma de fogo aos agentes de trânsito. Uma delas é a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica para o uso da arma. Outra é condicionar a autorização para o porte não só ao interesse do ente federativo, mas também à formação em centros de treinamento policial.

Magno Malta (PR-ES) afirmou que os agentes usarão armas de pequeno calibre. E Reguffe (sem partido-DF) explicou que as armas serão usadas apenas em serviço.

Relator do projeto, José Medeiros (PSD-MT) destacou que os agentes receberão treinamento.

O texto recebeu ainda votos favoráveis dos senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Simone Tebet (PMDB-MS), Romero Jucá (PMDB-RR), Benedito de Lira (PP-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB),



Agentes de trânsito acompanham da galeria do Plenário a votação do projeto pelos senadores

Eduardo Amorim (PSDB-SE), Wilder Morais (PP-GO), Humberto Costa (PT-PE), Hélio José (PMDB-DF) e Fátima Bezerra (PT-RN).

Já Lindbergh Farias (PT-RJ), Cristovam Buarque (PPS-DF), Eduardo Braga (PMDB-AM), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Pedro Chaves (PSC-MS) se manifestaram contra o projeto.

Para Lindbergh, a medida será ruim, pois tornará os agentes mais visados e vulneráveis, o que poderá aumentar o número de conflitos. Já Cristovam disse

que uma pessoa armada está mais sujeita à violência que uma desarmada.

Polícia penitenciária

Passou pela segunda sessão de discussão em segundo turno a PEC 14/2016, de Cássio Cunha Lima, que cria as polícias penais federal, estaduais e distrital. Com isso, os agentes penitenciários passam a ter os direitos da carreira policial. A PEC passará por mais uma sessão de discussão antes da votação. Se aprovada, segue à Câmara.

Senado aprova alterações no Funpen e outras duas MPs

Três medidas provisórias foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado e seguem para sanção presidencial: a que define critérios para a transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) aos estados, municípios e Distrito Federal, a que permite a renegociação de dívidas com autarquias e fundações e a que facilita pagamento de outorgas para aeroportos.

A MP 781/2017, que trata do Funpen, foi aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 26/2017. A medida agiliza a transferência de recursos do fundo, criado para financiar programas no sistema penitenciário. Também autoriza a prestação de serviços por militares, em caráter excepcional e

voluntário, à Secretaria Nacional de Segurança Pública e à Força Nacional de Segurança Pública, e acrescenta uma série de novas despesas que poderão ser custeadas com o fundo, entre elas manutenção de serviços penitenciários.

A MP 780/2017 cria o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) para parcelar dívidas de pessoas físicas e empresas com autarquias, fundações públicas federais e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O programa consta do PLV 28/2017, de Wilder Morais (PP-GO), que reduziu de 50% para 40% do débito consolidado o valor da entrada para quem optar pela renegociação em duas parcelas. A segunda prestação terá redução de 90% dos juros, da multa

de mora e das multas aplicadas pela ausência de recolhimento de receitas públicas. Além dessa opção, existem outras modalidades de renegociação.

Aeroportos

A MP 779/2017 (PLV 31/2017) permite às concessionárias de aeroportos pedir a reprogramação do pagamento das outorgas, prestações anuais que as empresas são obrigadas a repassar ao governo pelos contratos de privatização. Segundo a Anac, as concessionárias devem R\$ 1,31 bilhão. Algumas empresas alegam dificuldades para pagar a conta. A MP beneficia as controladoras dos terminais de Brasília, Confins (MG), Galeão (RJ), Guarulhos (SP), São Gonçalo do Amarante (RN) e Viracopos (SP).

Reguffe critica uso de dinheiro público em fundo eleitoral

Reguffe (sem partido-DF) protestou contra a aprovação do projeto que criou o fundo para o financiamento das campanhas eleitorais. Ele explicou que foi contrário por acreditar que as eleições devem ser custeadas por doações de pessoas físicas, com limites claros.

Para Reguffe, o dinheiro público precisa ser usado em áreas mais importantes, como saúde e educação. O fundo foi estimado em R\$ 1,7 bilhão e ainda precisa ser aprovado pela Câmara.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Dário Berger sugere reforma para reduzir número de partidos

Dário Berger (PMDB-SC) defendeu a aprovação de uma reforma política que mude a forma de organização dos partidos políticos. O senador propôs o fim das coligações nas eleições proporcionais e a adoção de cláusula de barreira, para restringir o número de partidos.

— Diminuir o número de partidos. Facilitar o diálogo, a conversação e o entendimento no Parlamento e facilitar, sobretudo, a governabilidade do Executivo.



Moreira Muniz/Agência Senado

Antonio Carlos Valadares defende plebiscito sobre assembleia constituinte

Para Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), um “sistema defeituoso” leva ao descrédito da classe política com a população. O senador disse que somente uma consulta à população pode ajudar o país a sair da crise.

— Sou favorável a uma consulta plebiscitária, num momento de crise como este, sobre a eleição de uma assembleia constituinte exclusiva para aprovar as reformas política, tributária e do sistema de governo.



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Lasier Martins comenta carta divulgada por ex-ministro Antonio Palocci

Ao comentar a saída de Antonio Palocci do PT, Lasier Martins (PSD-RS) avaliou que as declarações do ex-ministro expõem a verdade sobre os governos do partido e causam embaraço a uma nova candidatura presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva.

— A carta se tornou um documento, obviamente, histórico. Ele coloca o dedo na ferida, ele autentica verdades incontestes que os alucinados seguidores e seus comandantes sem caráter insistem em negar — afirmou o senador.

RÁPIDAS

APROVADA INDICAÇÃO DE ALEX BRAGA MUNIZ PARA A ANCINE

Por 44 votos favoráveis, 4 contrários e 1 abstenção, o Plenário do Senado aprovou a indicação do advogado Alex Braga Muniz para diretor da Agência Nacional de Cinema (Ancine). No último dia 26, em sabatina na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Muniz defendeu a prorrogação do Recine por um período de tempo superior ao previsto na MP 796/2017. Muniz substituirá na direção da Ancine o atual ministro da Cultura, o jornalista Sergio Sá Leitão.

REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DA CPI DOS SUPERSALÁRIOS É LIDO EM PLENÁRIO

O requerimento de criação da CPI dos Supersalários foi lido em Plenário ontem. A comissão de inquérito, solicitada por Renan Calheiros (PMDB-AL), vai investigar o pagamento de salários acima do teto constitucional para servidores e empregados da administração pública direta e indireta. A partir de agora os líderes partidários já podem indicar os representantes de suas bancadas na comissão. Em caso de demora, a Mesa pode fazer as indicações de ofício.

PROPOSTA DO VOTO DISTRITAL MISTO PASSA A TRAMITAR COM URGÊNCIA

Ganhou urgência para tramitação o PLS 86/2017, que institui o voto distrital misto nas eleições proporcionais (vereador e deputados). O texto determina que cada partido passe a registrar um candidato e seu suplente por distrito eleitoral. O projeto estava na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O sistema previsto na proposta de José Serra (PSDB-SP) combina o voto proporcional com o distrital e tramita em conjunto com os PLSs 384/2013 e 345/2017.

ADIADA VOTAÇÃO DE URGÊNCIA PARA ALTERAR BANCADAS NA CÂMARA

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, adiou a votação do pedido de urgência para o projeto que altera a representação por estado na Câmara dos Deputados a partir da próxima legislatura (2019–2023). O requerimento foi apresentado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também autor do projeto (PLS 315/2016). A proposta leva em conta a atualização da população feita pelo IBGE em 2015.

CRIAÇÃO DO BLOCO DEMOCRACIA E CIDADANIA É LIDA EM PLENÁRIO

A criação de um novo bloco parlamentar no Senado Federal foi lida ontem, em Plenário, por Paulo Paim (PT-RS). O Bloco Democracia e Cidadania terá como líder João Capiberibe (PSB-AP). Farão parte do bloco o PPS, o PCdoB, a Rede, o Podemos e o PSB, com 11 senadores. Na Casa existem outros quatro blocos parlamentares: Social Democrata, Democracia Progressista, Resistência Democrática e Moderador.

Falta consenso sobre cobrança de bagagem

Números apresentados em debate mostram leve queda nas tarifas das passagens aéreas, mas ainda não se sabe se o resultado se deve à nova política adotada em julho

DADOS APRESENTADOS PELA Agência Nacional de Aviação (Anac) e pela Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear) mostram tendência de queda dos preços médios dos bilhetes vendidos pelas companhias aéreas nos últimos dois meses, mas é prematuro afirmar que isso se deve à mudança na política de bagagens que entrou em vigor em julho. Esse foi o consenso no debate promovido ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) para avaliar medida.

Mesmo frisando ser indevido fazer qualquer conclusão sobre o comportamento dos preços pelo novo regulamento da franquia de bagagem, Ricardo Catanant, representante da agência, defendeu a medida. Para ele, as empresas brasileiras finalmente se alinharam às regras praticadas internacionalmente e a tendência é que, num ambiente de livre mercado e com “a mão do Estado” pesando com menos força, a concorrência faça os bilhetes terem custo cada vez menor para o consumidor.



Lídice (3ª à esq.): consumidor não conseguiu perceber a anunciada redução dos preços das passagens aéreas

Números

Abear e Anac apresentaram discurso afinado defendendo a Resolução 400/2016, que autorizou as empresas aéreas a cobrarem pelo despacho de malas. De julho até meados de setembro, a Anac detectou queda de 2,56% nos preços dos bilhetes vendidos. E a Abear observou redução no valor das passagens de 7% a 30%, segundo explicou o presidente da associação, Eduardo Sanovicz.

Cidadão

Já para Arthur Rollo, chefe da Secretaria Nacional do Consumidor, ligada ao Ministério da Justiça, a mudança na política de bagagens não foi benéfica para o cidadão, especialmente para o mais carente e morador das Regiões Norte e Nordeste. Segundo ele, a nova regra de bagagem só beneficiou os viajantes empresariais e os que participam dos programas de milhagem, que

conseguem alguns benefícios com pontos. Rollo afirma que a legislação peca por estimular o passageiro a embarcar só com a bagagem na cabine. Na entrada, disse, ele se depara com a superlotação ou é impedido de embarcar pelas diferenças de gabarito, já que não existe um padrão entre as companhias para a bagagem de mão, e gasta mais por precisar despachar as malas de surpresa. O viajante esporá-

dico que conseguiu comprar a passagem promocional por R\$ 200, explicou, vai pagar R\$ 80 de tarifa, mais de 25% do custo do bilhete.

— Isso é um absurdo que penaliza os mais pobres.

Mensagens

Na opinião da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), o consumidor não conseguiu até agora perceber a anunciada queda nos preços que a “livre

concorrência” defendida pelas empresas aéreas traria, o que foi reforçado pelas dezenas de mensagens recebidas pelo Portal e-Cidadania e lidas durante a audiência.

— Precisamos casar interesses, equilibrar os movimentos feitos, não é possível defender só o estabelecimento das regras liberais na economia sem levar em conta que também é da economia liberal o direito individual do consumidor.

Segurança de motociclista pode ganhar incentivo

Projeto que isenta da cobrança de impostos os equipamentos de segurança para motociclistas foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Agora a proposta (PLS 344/2016), de Otto Alencar (PSD-BA), seguirá para decisão final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto propõe alíquota zero para o PIS-Pasep e Confins para importação e para a receita bruta da venda de vestuário no mercado interno, o que poderia reduzir o preço dos produtos em até 15%. O projeto teve voto favorável da relatora, Ângela Portela (PDT-RR).

Otto diz que a queda inicial da arrecadação causada pela redução a zero das alíquotas será compensada, com folga, pela redução de dois tipos de custos: as despesas com atendimentos hospitalares pelo



Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Marta Suplicy conduz reunião

SUS e com aposentadorias por invalidez arcadas pelo INSS.

Compõem o vestuário de proteção luvas, botas e macacão, que pode ser substituído por calça com jaqueta. A proposta agrega ainda caneleiras, cotoveleiras e joelheiras. O projeto limita a cinco anos a vigência do benefício fiscal.

Médico com experiência no

atendimento de vítimas de acidentes, Otto ressalta, na justificativa do projeto, dados do Ministério da Saúde que apontam, em 2013, 42,2 mil mortes em acidentes de trânsito no Brasil, sendo 28,5% envolvendo motocicletas. Elas também responderam por metade das quase 170 mil internações por acidentes naquele ano.

Comissão fará audiência sobre ozonioterapia

A regulamentação do emprego da ozonioterapia como tratamento médico de caráter complementar será debatida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em audiência pública no dia 17 de outubro. A ozonioterapia é uma técnica que utiliza a aplicação de uma mistura dos gases oxigênio e ozônio, por diversas vias de administração, com finalidade terapêutica.

O requerimento para a audiência, apresentado pelo

senador Valdir Raupp (PMDB-RO), foi aprovado ontem na comissão. A intenção é propiciar ao colegiado informações para posterior análise de projeto de lei do próprio Raupp (PLS 227/2017), que legaliza a prescrição da ozonioterapia no país. Segundo ele, a terapia é indicada como tratamento auxiliar de uma série de doenças, como artrite reumatoide, úlcera diabética, hepatites, herpes simples e queimaduras.

Serão convidados para o debate a presidente da Associação Brasileira de Ozonioterapia, Maria Emília Gadelha Serra, e o presidente do Centro de Apoio às Pessoas com Câncer de Bauru, Carlos Eduardo Faraco Braga. A lista ainda inclui o presidente do Conselho Federal de Medicina, Carlos Vital Tavares Corrêa Lima, e a médica Clarice Alegre Petramale, do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde.

Paim diz ser preciso elaborar projeto que atenda taxistas e motoristas de Uber

Tanto taxistas como motoristas de Uber não estão satisfeitos com a proposta que regulamenta o serviço de transporte remunerado individual por aplicativos, disse ontem Paulo Paim (PT-RS).

Segundo o senador, todos defendem o ordenamento do

setor, mas as duas categorias de motoristas consideram que o texto apresentado por Pedro Chaves (PSC-MS) não é o mais adequado.

— É possível construir um acordo equilibrado, de bom senso, que atenda tanto aqueles que trabalham no Uber, como também os taxistas.

Amorim destaca Dia Nacional da Doação de Órgãos, comemorado ontem

Eduardo Amorim (PSDB-SE) lembrou que ontem foi o Dia Nacional da Doação de Órgãos. Ele saudou o fato de o Hospital do Rim, da Fundação Oswaldo Ramos, em São Paulo, ser o hospital que mais faz transplantes de rim no mundo. De acordo com o senador, quando um paciente recebe



um órgão, ele não ganha apenas qualidade de vida, mas também liberdade. Amorim incentivou os brasileiros a serem doadores.

— Faço um apelo: seja um doador também! Seja um contribuidor da devolução da vida pra alguns brasileiros e sobretudo para a qualidade de vida.

Humberto acusa ministro da Saúde de inviabilizar produção da Hemobrás

Humberto Costa (PT-PE) acusou o ministro da Saúde, Ricardo Barros, de mentir à bancada pernambucana no Congresso. Ele se referiu à instalação, em Maringá (PR), de uma unidade de produção do medicamento fator 8 recombinante, usado no tratamento de hemofilia.



Segundo Humberto, a nova fábrica inviabilizará a produção na Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) em Goiana (PE).

— É uma enorme desfaçatez — afirmou o senador, acusando o ministro da Saúde de tentar tirar de Pernambuco a fábrica da Hemobrás.

Governadores reclamam solução para perda de ICMS

Presentes a audiência da comissão mista que analisa a Lei Kandir, governadores pediram que a questão seja resolvida no Senado

A PERDA DE recursos foi o principal problema apontado pelos governadores sobre a Lei Kandir durante audiência pública promovida ontem. O debate foi realizado pela comissão mista especial que tem a responsabilidade de oferecer propostas sobre a regulamentação da Lei Kandir.

No ano passado, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu prazo até 30 de novembro de 2017 para que o Congresso regulamente a Lei Kandir. Se até essa data não for aprovada uma norma, o Tribunal de Contas da União (TCU) ficará responsável por fazer os cálculos da compensação.

O governador do Rio Grande do Sul, José Sartori (PMDB), disse que a falta de regulamentação causou prejuízo de quase R\$ 4 bilhões ao estado só em 2016. Nos últimos anos,



Sartori (D) fala na audiência pública, ao lado de Wellington e de Lúcia Vânia

o estado deixou de arrecadar mais de R\$ 40 bilhões.

Sartori entregou para o relator, Wellington Fagundes (PR-MT), documento com as questões que um grupo de governadores considera importantes para os estados exportadores na regulamentação da Lei Kandir. Segundo ele, o ideal é que a solução seja encontrada no Parlamento e não no TCU. O governador do Pará, Simão Jatene (PSDB), disse que é difícil quantificar as perdas para os estados exportadores, mas apontou que os prejuízos foram grandes.

— A compensação é insignificante e injusta — reclamou.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), pediu à comissão uma data limite para votar a regulamentação da lei: — O Senado é a casa da Federação. É daqui que esperamos que saia a regulamentação.

Reinaldo Azambuja (PSDB), governador do Mato Grosso do Sul, lamentou que “a busca por uma balança comercial favorável tenha prejudicado estados e municípios que recebem parte do ICMS”.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, reconheceu que se trata de um tema difícil. Ele questionou o valor da perda dos estados com a Lei Kandir e disse que o governo federal não reconhece esses números. Segundo ele, o governo estuda unir os recursos do Fundo de Exportação com os da Lei Kandir. O valor daria cerca de R\$ 3,9 bilhões ao ano, o que seria uma base para a compensação aos estados. O número, no entanto, é bem abaixo da expectativa dos governadores.

Os senadores Roberto Muniz (PP-BA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ana Amélia (PP-RS) e Lúcia Vânia (PSB-GO) também participaram da audiência, que foi dirigida pelo presidente da comissão, deputado José Priante (PMDB-PA).

Lei Kandir

A Lei Kandir trata do imposto dos estados nas operações relativas à circulação de mercadorias e serviços e isenta de pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Por isso, sempre provocou polêmica entre os estados exportadores, que alegam perda de arrecadação devido à isenção.

Até 2003, a lei garantiu aos estados o repasse de valores a título de compensação pelas perdas decorrentes da isenção. Mas, a partir de 2004, a Lei Complementar 115/2002 deixou de fixar o valor, embora tenha mantido o direito de repasse. Com isso, os governadores precisam negociar a cada ano com o Executivo o montante a ser repassado, mediante recursos alocados no Orçamento da União.

TCU diz que terá dificuldades para calcular compensação dos estados

O representante da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU, Charles Mathusalem, disse que o tribunal está à disposição do Congresso para auxiliar na regulamentação da Lei Kandir.

No ano passado, o STF deu até 30 de novembro para que o Congresso regulamente a lei. Se até essa data não for aprovada uma norma, o TCU ficará responsável por fazer os cálculos da compensação. Segundo Mathusalem, o tribunal começou a discutir a situação, mas afirmou que o TCU teria limitações técnicas e legais nesse tipo de atuação.

Ele lembrou que a Constituição de 1988 define o tribunal como um órgão de fiscalização, com a competência para calcular os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). O cálculo dos fundos seria uma exceção prevista dentro do próprio texto constitucional. Ele lembrou que o TCU cuida dos recursos federais e não tem acesso detalhado às receitas estaduais.

O acesso ao sigilo fiscal também encontraria limites no âmbito dos fiscos estaduais, pois essa fiscalização está a cargo dos tribunais de conta de cada estado. Para ele, o cálculo das compensações da Lei Kandir demandaria critérios definidos, recursos e

grupos de trabalho urgentes.

— Tecnicamente, esse critério precisa ser muito bem discutido. A elaboração de uma regra desse tipo poderia gerar até mesmo questionamentos na Justiça — alertou.

Flexa Ribeiro disse acreditar que a Câmara e o Senado vão conseguir cumprir o prazo. Para Roberto Muniz, com a determinação do Supremo, fica evidente que a mais alta Corte do país reconhece o direito dos estados na compensação do ICMS de exportação.

— O governo federal terá de ter sensibilidade para encontrar um caminho, para não ocorrer a judicialização do tema — declarou o senador.

O presidente da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais, Roberto Kupski, apontou que as perdas com a Lei Kandir podem chegar a R\$ 500 bilhões para estados e municípios desde a edição da lei, em 1996. Para ele, é preciso estudar até mesmo a revogação da Lei Kandir.

O cordenador dos secretários do Conselho Nacional de Política Fazendária, André Horta, lembrou que os governadores sugeriram “o encontro de contas”, em que as dívidas dos estados seriam abatidas no valor das compensações da lei, e propôs que se discuta o federalismo fiscal.

Plenário aprova urgência para estímulo ao cadastro positivo

Projeto que estimula a inclusão de dados nos cadastros positivos de crédito foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PLS 212/2017), de Dalírio Beber (PSDB-SC), seguiu para o Plenário, onde foi aprovada também ontem a tramitação em regime de urgência. O cadastro positivo foi criado em 2011. Pela lei atual, as pessoas físicas e jurídicas precisam autorizar a inclusão de suas informações no sistema. Nesses seis anos, apenas 5,5 milhões de usuários aderiram — menos de 5% do que era esperado.

O projeto estende ao cadastro positivo a regra que hoje vale para o negativo: bancos

e instituições financeiras podem incluir informações no sistema sem autorização específica dos clientes, sem que isso seja considerado quebra do sigilo bancário.

Mudanças

No texto substitutivo aprovado, o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), incluiu outras fontes que podem alimentar o cadastro: administradores de consórcio, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central e prestadores de serviços. Armando acredita que a iniciativa ampliará o acesso dos consumidores ao crédito e poderá reduzir a inadimplência em 45% e os juros bancários em quatro pontos percentuais.



Senadores da CCJ aprovam texto que poderá ampliar acesso a crédito

Formação profissional a estudante do Mercosul é garantida em acordo

Os alunos de cursos de educação profissional técnica de nível médio, em instituições que tenham convênio com governos estaduais, terão acesso a programas de intercâmbio de formação profissional em países do Mercosul, em escolas técnicas, universidades e empresas públicas das nações do bloco.

É o que prevê o Projeto de Lei 1.786/2015, aprovado ontem pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul). A proposta foi apresentada pelo deputado Rôney Nemer (PP-

-DF) e relatada pelo deputado Celso Russomanno (PRB-SP).

Também foi aprovado texto do acordo sobre serviços aéreos entre Brasil e Paraguai, assinado em 2016. De autoria do Executivo, a proposta foi relatada pelo deputado Luiz Cláudio (PR-RO). A comissão aprovou ainda o texto do protocolo de integração educacional e reconhecimento de certificados, títulos e estudos entre os países do Mercosul. Assinado em 2010, o acordo não contempla diplomas universitários. O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) foi relator.



O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o embaixador do Japão, Akira Yamada. Durante a visita ao Congresso brasileiro, o embaixador japonês ressaltou a importância de estreitar laços entre os dois países. Eunício agradeceu a visita e disse que a cooperação entre Brasil e Japão é fundamental para as duas nações.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Desburocratização e produtividade desafiam custo Brasil, aponta debate

A agenda microeconômica e a atividade empreendedora e empresarial do país também foram citadas como itens a serem estimulados

ENTRE OS PRINCIPAIS obstáculos que compõem o chamado custo Brasil estão a burocracia e os problemas de produtividade. Audiência pública promovida ontem pelo grupo de trabalho de reformas microeconômicas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discutiu com representantes do governo e de entidades ligadas ao setor tributário e à indústria desafios a serem vencidos para facilitar a atividade empreendedora e empresarial no país, criando empregos e renda.

Coordenador do grupo, o Armando Monteiro (PTB-PE) chamou a atenção para a agenda microeconômica do país, que, disse, é desafiadora.



Armando Monteiro (C) preside audiência pública sobre o custo Brasil e a atividade empreendedora no país

— É uma agenda multifacetada, densa. E há sempre o desafio da governança dessa agenda e da coordenação intragovernamental — ressaltou.

João Manoel de Mello, representante do Ministério da Fazenda, destacou que o Brasil tem um problema sério de produtividade, “que perpassa

os setores”.

— Se o Brasil tivesse a mesma estrutura produtiva da economia alemã, a produtividade cresceria incríveis 400%.

O representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Renato Agostinho da Silva, enfatizou iniciativas para a desburo-

cratização e a melhoria do ambiente de negócios, como a implantação do Portal Único de Comércio Exterior.

O diretor da Confederação Nacional da Indústria, José Augusto Coelho, criticou a demora para a implantação de medidas que façam o país evoluir economicamente.

Tribunais de Contas: PEC que proíbe extinção volta ao Plenário

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem emendas apresentadas em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição que proíbe a extinção dos tribunais de Contas. De autoria do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), a PEC 2/2017 foi aprovada em primeiro turno e agora retorna ao Plenário.

Uma das emendas evita o fechamento de qualquer um desses órgãos públicos antes de a PEC ser aprovada em definitivo. A justificativa é de que os tribunais que atuam com competência podem se tornar alvo de “gestores irresponsáveis” e eles demandariam o encerramento das atividades dessas cortes.

Mineração precisa de pesquisa, dizem debatedores

Debatedores defenderam ontem, em audiência pública da comissão mista que analisa a medida provisória do Código de Mineração, o fortalecimento da política mineral e o investimento em pesquisa no setor. A MP 790/2017 altera o Código de Mineração no que se refere a normas para pesquisa.

O presidente-executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de

Agregados para Construção, Fernando Valverde, afirmou que a MP pode trazer mais segurança jurídica para o setor.

O diretor do Centro de Tecnologia Mineral, Fernando Lins, defendeu o investimento em pesquisa na área. Segundo ele, a produção mineral responde por 4% do PIB.

Representante do Instituto de Desenvolvimento da Mineração, Carlos Nogueira ressaltou a relevância da mineração

na geração de emprego e renda. Ele pediu a atenção dos parlamentares para as 250 emendas apresentadas por deputados e senadores que, segundo ele, podem mudar de maneira drástica a legislação, prejudicando o setor.

Presidida pela deputada federal Geovania de Sá (PSDB-SC), a comissão mista da MP 790/2017 tem como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Lasier Martins (2º à esq), presidente, e deputado Leonardo Quintão, relator

Governo defende MP que cria Agência Nacional de Mineração

A comissão mista que analisa a criação da Agência Nacional de Mineração (Medida Provisória 791/2017) ouviu ontem representantes do Ministério de Minas e Energia (MME). Eles falaram sobre a importância da criação do novo órgão, que vai substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação

Mineral, Vicente Cruz, disse que a agência vai dar segurança jurídica e transparência para as atividades do setor, e que estará mais aparelhada sem aumento de gastos. Para o presidente da comissão, Lasier Martins (PSD-RS), a audiência mostrou a necessidade da MP.

— Temos um subsolo desconhecido, e com minerais estratégicos. O DNPM precisa de mudanças há três décadas.



Flexa Ribeiro (3º à esq.) comanda a audiência que discutiu a mudança nas regras de pesquisa em mineração

José Serra quer aprovar MP do petróleo antes do próximo leilão

Foram instaladas ontem quatro comissões mistas para a análise de medidas provisórias.

José Serra (PSDB-SP), eleito presidente da comissão da MP 795/2017, sobre incentivos fis-

cais à exploração de petróleo, disse que espera a aprovação da medida até 27 de outubro, quando a Agência Nacional do Petróleo (ANP) realizará a segunda rodada de leilões de

áreas do pré-sal e pós-sal.

O senador Vicentinho Alves (PR-TO) será relator na comissão da MP 798/2017, que prorrogou até amanhã o prazo para adesão ao Programa Especial

de Regularização Tributária (Pert). Foi também instalada a comissão da MP 794/2017, que revoga as MPs 772, 773 e 774, editadas em março. Sérgio Petecão (PSD-AC) será relator.

Davi Alcolumbre (DEM-AP) vai presidir a comissão da MP 797/2017, que libera o saque de contas do PIS-Pasep para homens aos 65 anos e mulheres a partir dos 62 anos de idade.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Ministro adverte que maus-tratos causam dano cerebral permanente

Osmar Terra, que é médico, disse a CPI que a capacidade da criança agredida dar e receber afeto pode ficar comprometida pelo resto da vida

CRIANÇAS VÍTIMAS DE violência, abuso ou mesmo de negligência possuem a capacidade de percepção dessas condições estressantes devido a respostas automáticas neuronais ligadas ao instinto de sobrevivência. A manifestação cotidiana das condições de estresse para as crianças levam a uma liberação muito alta do cortisol, que destrói neurônios e pode evoluir para uma perda cerebral permanente. O alerta foi feito pelo ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, em audiência ontem na CPI dos Maus-Tratos.

Ele é médico com especialização em neurociência do comportamento e falou sobre a importância de conscientizar a sociedade e de efetivar políticas públicas voltadas à primeira infância.

— As crianças percebem tudo, ainda mais se a pessoa grita ou agride. Mesmo a negligência, deixar de olhar no rosto dela quando necessita, já causa um estresse agudo que pode se tornar crônico caso se repita com frequência. É um fenômeno físico, um dano cerebral que se tornará permanente — alertou.

Uma das consequências mais negativas é o déficit de empatia que levarão para o resto de suas vidas.

— O cérebro estará desorganizado quanto à empatia, a capacidade de dar e receber afeto, de se colocar no lugar do outro e sentir o que o outro está sentindo. O molde fica para o resto da vida.



Osmar Terra (D) fala ao lado do presidente da CPI, Magno Malta (C), e do relator do colegiado, José Medeiros

Comissão decide convocar ministro da Saúde para depor

A CPI dos Maus-Tratos decidiu convocar o ministro da Saúde, Ricardo Barros, para depor. Ele era esperado na reunião de ontem, mas não compareceu e não enviou qualquer explicação. O presidente da comissão, senador Magno Malta (PR-ES), disse que se sentiu decepcionado com a ausência e decidiu apresentar o requerimento para a convocação.

— O próprio ministro sugeriu a data e o horário de hoje, mas não veio e não deu satisfações. Por isso agora nós estamos convocando o ministro, que é um deputado, conhece o Parlamento, mas quando vira ministro acha que virou um semideus — afirmou o senador.

Queermuseu

A CPI também aprovou um requerimento de convocação do curador da exposição *Queermuseu*, Gaudêncio Fidélis.

A exposição foi aberta em Porto Alegre, porém acabou sendo fechada pelo patrocina-

dor, no dia 10, após protestos de grupos sociais que disseram se sentir ofendidos com o conteúdo da mostra.

O depoimento de Fidélis estava previsto para hoje, mas ele enviou um comunicado à comissão alegando a impossibilidade de comparecer devido a compromissos profissionais.

O comunicado veio acompanhado da agenda do curador. Fidélis afirmou que espera colaborar com os trabalhos da CPI “num futuro próximo”.

Malta disse não ter se surpreendido com a ausência de Fidélis, criticou a *Queermuseu* e aprovou, então, um requerimento de convocação. A data para o depoimento ainda será definida.

— Uma exposição imoral, libidinosa, criminosa, patrocinada pelo banco Santander com renúncia fiscal. Não estou aqui pra receber a lista da sua agenda pra falar sobre crianças sendo estupradas, bestialidades, sexo com animais ou de Cristo com vibra-

dores — criticou o senador.

Malta ainda lamentou que a Lei Rouanet, de fomento à cultura, retire recursos de áreas como o saneamento básico e educação para eventos culturais como a exposição *Queermuseu*.

Caso Fidélis também não compareça, mesmo sendo convocado, a comissão poderá solicitar à Polícia Federal a condução coercitiva.

Malta finalizou comunicando que a agenda da CPI, devido à relevância da temática, não pode se submeter à agenda do curador.

Aposentado

Também foi aprovada na reunião de ontem da CPI a convocação do aposentado Juarez Gomes Flores, de 62 anos.

Flores foi preso preventivamente no sábado, em Porto Alegre, após imagens das câmaras de segurança de um supermercado apontarem que ele teria abusado sexualmente de uma criança de 5 anos de idade.

Fátima critica tratamento do governo à educação

Fátima Bezerra denunciou ontem que o corte dos recursos do governo na educação tem prejudicado as universidades e institutos federais de educação profissional e tecnológica do país.

Ela salientou que no Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2018 estão destinados R\$ 180 milhões para as 63 universidades que formam a Rede Federal de Ensino Superior do Brasil.

— Para as 63 universidades federais, está garantido para investimento apenas R\$ 1,5 milhão para cada uma — disse a senadora.



Gerardo Magela/Agência Senado

Ângela Portela pede medidas preventivas para suicídios no país

O número de suicídios no Brasil configura uma “epidemia”, disse Ângela Portela (PDT-RR). A senadora cobrou providências para o cumprimento da meta da Organização Mundial da Saúde de reduzir em 10% o número de suicídios no mundo até 2020.

Ângela destacou que a cada dia 30 pessoas se matam no Brasil e, em cinco anos, o índice de suicídios aumentou em 12%, principalmente entre jovens, idosos e indígenas.

— O suicídio já é a quarta maior causa de morte de brasileiros de 15 a 29 anos.



Gerardo Magela/Agência Senado

Lídice da Mata registra morte de cineasta baiano

Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou ontem a morte do cineasta baiano Guido Araújo, que criou a Jornada Internacional de Cinema da Bahia e faleceu aos 83 anos.

A senadora também registrou audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo sobre a resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que permite a cobrança pelo despacho de bagagens no transporte aéreo.

Lídice lembrou que o Senado já aprovou um projeto que suspende essa política estabelecida pela agência. Além disso, se declarou surpresa com a defesa que a Anac fez da cobrança que, para a senadora, é bastante prejudicial à população.

Regina relata violência contra população de rua em São Paulo

Um relatório das diligências feitas pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em 14 e 15 de setembro em São Paulo, para apurar denúncias de maus-tratos contra a população de rua, foi lido ontem no colegiado. A CDH foi representada por Regina Sousa (PT-PI), presidente da comissão, e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

— O que está acontecendo em São Paulo é muito sério. Ninguém desconhece a violência contra os policiais, mas parece que tudo está sendo desmontado na população mais vulnerável — relatou Regina.

Paulo Paim (PT-RS) aplaudiu a colega por lembrar que os policiais também são vítimas da violência:

— Dizem que a gente só se preocupa com um lado. A gente se preocupa com todos. A agressão covarde contra o ser humano sempre terá nossa rejeição.

Como sinal da preocupação com os militares e suas famí-

lias, Paim apontou seu requerimento de audiência pública para discutir a reestruturação dos salários e das carreiras da categoria, a pedido da União Nacional de Familiares das Forças Armadas e Auxiliares.

Além desse, outros requeri-

mentos de audiência, também de Paim, foram aprovados. O impacto do teto de gastos sobre o serviço público e sobre universidades federais e o que o senador chamou de “desmonte do sistema previdenciário” são alguns dos temas dos debates.

Na reunião, Paim, vice-presidente da comissão, anunciou a intenção de conversar com senadores do Bloco Social Democrata (PSDB, PV e DEM) para o preenchimento das oito vagas (quatro titulares e quatro suplentes) que lhe cabem na CDH. Segundo Paim, é “inadmissível” que não se preencham pelo menos as vagas dos titulares, o que facilitaria a obtenção de quórum para a deliberação sobre projetos.



O vice-presidente da comissão, Paulo Paim, e a presidente, Regina Sousa

Reforma da Lei de Execução Penal vai a Plenário

Projeto elaborado a partir do trabalho de comissão de juristas visa atacar problemas do sistema carcerário, como superlotação dos presídios e excesso de presos provisórios

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem um projeto que promove ampla reforma na Lei de Execução Penal (LEP), em vigor desde 1984. A proposta (PLS 513/2013) é fruto do trabalho de uma comissão especial de juristas, que concluiu suas atividades em dezembro de 2012. Em seguida, foi convertida em projeto de lei assinado pelo então presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

O texto aprovado é um substitutivo de Jader Barbalho (PMDB-PA). Durante a tramitação, Antonio Anastasia (PSDB-MG) assumiu a relatoria e foi o responsável por ler e fazer a defesa do voto.

Os relatores argumentam que a proposta ataca problemas estruturais do sistema carcerário, como excesso de presos provisórios, superlotação nos estabelecimentos prisionais e desvio da finalidade de execução da pena.

O substitutivo mantém, por exemplo, a determinação de se



Presidida por Edison Lobão (C), Comissão de Constituição e Justiça aprova proposta para atualizar legislação

realizar mutirões para avaliar a situação dos presos, sempre que um estabelecimento penal atingir capacidade máxima. Após isso, se a lotação não for normalizada, deverá ser antecipada a liberdade dos detentos mais próximos do

cumprimento da pena.

Foram apresentadas 36 emendas. Uma das sugestões aceitas insere critério de comportamento para a separação dos presos. A medida visa ajudar a reduzir rebeliões. Outra emenda permite a redução da

pena pela prática da leitura.

Além disso, o parecer prevê a possibilidade de cumprimento da pena de prisão em estabelecimento administrado por organizações da sociedade civil, a exemplo das associações de proteção e assistência aos

condenados (Apacs).

“O método Apac é um modelo de sucesso na recuperação de detentos, conclusão sustentada pelo seu índice de 8% a 10% de reincidência, ou 92% de recuperação”, diz o relator, informando que o método obteve tal resultado com o menor custo por preso entre todos os modelos de gestão (cerca de R\$ 1.089 mensais).

Drogas

A questão das drogas também foi abordada no substitutivo. O juiz da execução penal terá que usar critérios objetivos para apurar se a droga apreendida com o acusado se destinava ou não a consumo pessoal, determina o texto. O traficante primário e sem envolvimento com organização criminosa poderá ser beneficiado com a suspensão condicional do processo ou com a transação penal, uma espécie de acordo com o Ministério Público para se evitar o processo.

Atualização do Código Penal será tema de audiência pública

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai debater o projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012). O pedido de audiência, requerido pelo relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), foi aprovado ontem. O objetivo é discutir a

parte geral da proposta do novo código, que trata de assuntos relativos à aplicabilidade da lei penal, características, explicações e permissões contidas.

Do mesmo modo que o atual código (Decreto-Lei 2.848/1940), a proposta em

elaboração inclui uma segunda parte, a “parte especial”, que trata dos crimes em si, com descrição das condutas e penas.

As principais entidades de profissionais do sistema de Justiça serão convidadas para a audiência, cuja data ainda

será agendada. A lista inclui representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e de associações de magistrados, de membros do Ministério Público, de procuradores da República, de juízes federais, de defensores públicos e de

delegados da Polícia Federal e da Polícia Civil.

Em tramitação há mais de cinco anos, o projeto em discussão na CCJ originou-se de anteprojeto elaborado por uma comissão de juristas que concluiu seus trabalhos em 2011.

Projeto torna crime induzir adolescente à automutilação

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, em turno suplementar, substitutivo ao projeto que tipifica como crime o cutting, ato de induzir, instigar ou auxiliar crianças e adolescentes a cometerem automutilação.

Pelo PLS 664/2015, de Ciro Nogueira (PP-PI), relatado por Ana Amélia (PP-RS), o novo tipo penal abrange atos para induzir à automutilação, cometidos por qualquer meio, inclusive salas de bate-papo

na internet. Como penalidade inicial, ficou estabelecida detenção (cumprida em regime aberto ou semi-aberto) de seis meses a um ano. No caso de a lesão corporal se consumir, o instigador ficará sujeito a pena de reclusão (regime inicial fechado) de um a dois anos. Se do ato resultar lesão corporal grave à vítima, o tempo de reclusão ficará entre um e três anos. Por fim, em caso de morte, se aplicará pena de reclusão de dois a seis anos.

Comissão aprova textos contra assédio sexual

Casos de abusos sexuais em transportes coletivos provocaram a reação dos senadores. Dois projetos tratando do tema foram aprovados por unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e devem seguir para a Câmara.

O PLS 740/2015, de Humberto Costa (PT-PE), estabelece como crime o constrangimento ofensivo ao pudor. A pena é de reclusão de dois a quatro anos para quem constranger, molestar ou importunar alguém, ainda que sem contato físico, atentando-lhe

contra a dignidade sexual. Se a conduta ocorrer em transporte coletivo ou em local aberto ao público, há o aumento da pena de 1/6 até 1/3. Segundo o relator, Magno Malta (PR-ES), a proposta soluciona um impasse na legislação:

— A conduta de frotteurismo, de se esfregar em outra pessoa, pode ser hoje enquadrada ou como importunação ofensiva ao pudor, uma contravenção penal com previsão apenas de multa, ou como violação sexual mediante fraude, crime com pena de reclusão

de dois a seis anos. São dois extremos e nenhum oferece uma descrição adequada da conduta — opinou.

Já o PLS 312/2017, de Marta Suplicy (PMDB-SP), tipifica o crime de molestamento sexual. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), também reconheceu haver uma lacuna na legislação. O texto aprovado estabelece de dois a quatro anos de reclusão para quem constranger, molestar ou importunar alguém mediante prática de ato libidinoso sem violência ou grave ameaça.

Porte ilegal de fuzis poderá ser crime hediondo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que torna crime hediondo a posse ou o porte ilegal de armas de fogo de uso restrito, como fuzis. A proposta segue para o Plenário com pedido de votação em regime de urgência.

O texto aprovado é diferente do Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 6/2017 ao Projeto de Lei do Senado

(PLS) 230/2014, apresentado pelo então senador e hoje prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB).

Em seu parecer, o relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), defendeu a rejeição do substitutivo e a manutenção do texto original, aprovado pelo Senado em 2015. Segundo Lopes, a Câmara especificou os tipos de armas que seriam enquadradas no crime, o

que limitaria o alcance da proposta.

A transformação em crime hediondo vai aumentar, na prática, o cumprimento de pena porque obriga o criminoso ficar em regime fechado e há mais rigor na progressão da pena, quando o condenado pode passar, por exemplo, a trabalhar fora da cadeia ou a cumprir prisão domiciliar.

Colegiado adia votação de PEC que reduz maioria penal

A proposta que estabelece a redução da maioria penal para os jovens, de 18 para 16 anos, poderá voltar à pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) dentro de 30 dias. Requerimento de Gleisi Hoffmann (PT-PR), pedindo o adiamento, foi aprovado por 10 votos a favor e 8 contrários.

Gleisi alegou que a mudan-

ça exige uma discussão mais profunda. Segundo ela, a PEC 33/2012 afeta principalmente os jovens das periferias. O relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), destacou que a proposta já está em debate há três anos na comissão e pediu que o presidente da CCJ, Edison Lobão (PMDB-MA), a coloque em votação assim que possível.